

COMPANHIA ARARENSE DE LEITERIA (1909–1920): O EMPREENDEDORISMO DE LOUIZ NOUGUÉS E A DIVERSIFICAÇÃO NA ECONOMIA CAFEEIRA

Gustavo Pereira da Silva¹
Armando João Dalla Costa²

RESUMO

O objetivo do texto é mostrar a trajetória da Companhia Ararense de Laitaria (1909–1920), uma das empresas que se formaram com tais objetivos, situada em Araras, interior de São Paulo, e analisá-la dentro do perturbado contexto de formação das indústrias na Primeira República. Em seguida, destaca-se a formação da empresa, através do empreendedor Louiz Nougues e de sua luta para viabilizar o projeto, conquistando a confiança dos cafeicultores para investirem na empresa nascente. A sequência esclarece como um imigrante colocou em prática os saberes técnicos que trouxe e combinou fatores de produção na fabricação de um produto até então importado, justamente da empresa que viria, em 1920, adquirir o próprio empreendimento, a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co.

Palavras-Chave: Laitaria; Leite; Indústria; Condensado; Empresário.

DAIRY COMPANY ARARENSE (1909-1920): the enterprising of Louiz Nougues and the diversification in the coffee economy

ABSTRACT

The objective of the text is to show the trajectory of the Ararense Company of Dairy (1909-1920), one of the industries that if they had formed with such objectives, situated in You plough, interior of São Paulo and to inside analyze it of the disturbed context of formation of the industries in the First Republic. After that, it is distinguished formation of the company, through the entrepreneur Louiz Nougues and of its fight to make possible the project, conquering the confidence of the cafeicultores to invest in the rising industry. The sequence clarifies as an immigrant placed in practical to know technician to them who brought and combined factors of production in the manufacture of an imported product until then, exactly of the company who would come, in 1920, to acquire the proper enterprise, Nestle' and Anglian Condensed Milk Co.

Key-words: Dairy; Milk; Industry; Condensed; Entrepreneur.

Classificação JEL: L22, L25, L66.

Artigo submetido à Área 2 – História Econômica

¹ Historiador pela UNESP/Franca-SP e mestrando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.

² Doutor pela Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle). Professor no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Economia Empresarial (www.empresas.ufpr.br)

1. Introdução

Analisar a indústria brasileira do início do século XX é defrontar-se com a realidade de um setor que ainda era incipiente no país. Na época, a economia nacional baseava-se na produção e na exportação de café – já em 1893, a rubiácea representava 63% das exportações brasileiras (BAER, 2002, p.38). Este produto, cultivado principalmente em São Paulo – por exemplo, entre 1906-10, das 73 milhões de sacas exportadas pelo Brasil, 51 milhões foram paulistas (CANO, 1981, p. 46) – possibilitou a ascensão econômica e política daqueles que o cultivavam, a burguesia cafeeira³, mantendo-os no poder político nos primeiros 40 anos de República, pois:

O café era o produto rei no Brasil e o país liderava a produção mundial. Com base num quase-monopólio da produção, os políticos paulistas, com a ajuda do governo federal, instituíram um sistema de comercialização que aumentou progressivamente a dependência do país em relação ao café, até a Depressão. Esse sistema foi chamado de valorização [...] (LOVE, 1982, p.71).

Além disso o café, como a atividade principal, fomentou um complexo econômico em que se destacavam outras atividades econômicas: a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; indústrias; sistema ferroviário; bancos; comércio de exportação e importação; atividades criadoras de infra-estrutura – como portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações – e também atividades ligadas à própria urbanização, como o comércio; e, por fim, a intervenção estatal (federal e estadual) através do gasto público (CANO, 1981, p. 20-1). A indústria do período, concentrada na produção de bens não duráveis foi se fortalecendo na medida em que empregava boa parte dos imigrantes que chegavam e, ao mesmo tempo, começava a suprir o incipiente mercado interno.

Como a produção de café estava situada no interior paulista onde também se intensificaram os investimentos em infra-estrutura (entre eles, as ferrovias, com destaque para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a “Paulista”), para dar conta do escoamento desta produção, tais condições permitiram o florescimento industrial em todo o Estado, inclusive no seu interior, e não apenas na capital, como é o caso da empresa em discussão.

A Companhia Ararense de Leiteria, a “Leiteria”, fundada em 1909, em Araras (cerca de 170 quilômetros da capital), é uma destas empresas, que passou a fabricar um produto até então importado, o leite condensado, que a Nestlé vendia no mercado brasileiro sob o nome de Milkmaid. A multinacional suíça, ao resolver instalar sua primeira filial no Brasil, em 1921, escolheu justamente o município de Araras. O motivo é óbvio, uma vez que era ali que funcionava a única empresa com instalações industriais capazes de despertar o interesse da estrangeira.

Desta forma, o texto tem como objetivo analisar a história da Companhia Ararense de Leiteria em seu curto período de existência, que vai de 1909 até 1920, destacando que a tese de João Manuel Cardoso de Mello é a que melhor explica sua experiência. Para tanto, além desta introdução, o artigo está dividido em outras três partes. Na primeira trata da fundação da firma no contexto da polêmica da industrialização na Velha República. A segunda parte destina-se a analisar a relação entre Louiz Nougés e a implantação de seu

³ O conceito de “burguesia cafeeira” será adotado aqui para designar tanto aqueles que se dedicavam somente à lavoura do café, quanto aos que apostavam na diversificação das atividades, visto que, tais fracionamentos de classe ainda não se aplicam à Companhia Ararense de Leiteria. Para uma melhor compreensão das frações de classe na economia cafeeira paulista, ver PERISSINOTTO (1994).

sonho, que dá origem à firma. Na terceira, o assunto em questão passa a ser o crescimento e a expansão da Leitaria, entre seu início e o término da I Guerra Mundial. A parte que vem em seguida refere-se à venda da empresa e à chegada da Nestlé, em 1921. Por fim, são apresentadas as conclusões, buscando relacionar a história da Leitaria no contexto da industrialização da Primeira República e a discussão que esta originou entre economistas e demais cientistas sociais, preocupados em explicar a industrialização incipiente do período. É importante ressaltar que a análise da empresa ararense encaixa-se, particularmente, na visão que João Manuel Cardoso de Mello tem sobre a relação café-indústria no Brasil – relação que, em determinado momento, se torna contraditória.

2. A Leitaria frente à polêmica da industrialização

Antes de adentrar naquilo que há de específico na história da Companhia Ararense de Leitaria, é necessário posicioná-la no contexto do debate que ocorreu sobre a indústria brasileira em seus primórdios. Claro que é difícil falar de um processo de industrialização, antes de 1930, no Brasil. O principal motivo é que nosso crescimento econômico era induzido pelas exportações – junção de uma pequena atividade industrial e de uma agricultura de subsistência incapazes de dinamizar a atividade interna – que visava atender à demanda externa por produtos primários, o que tornava nossa economia dependente (TAVARES, 1977, p. 31)⁴. Porém, o fato é que existiram empresas no Brasil no início do século XX, dentre as quais queremos destacar a Leitaria e o contexto em que surgiram e se desenvolveram as pequenas indústrias que atendiam, sobretudo, um mercado local.

Em que pese o mundo, entre 1896-1914, ter presenciado uma onda inflacionária (LANDES, 1994, p.241), durante a Primeira República, mas não somente neste período, a economia brasileira, apoiada na exportação do café, cultura que, apesar de conviver com crises internacionais e fortes alterações nos preços, fez crescer os setores que estavam envolvidos nesta atividade, como o ferroviário, o de seguros e o portuário. O café que, segundo Caio Prado Júnior (1969, p. 223), no conjunto dos produtos exportados à época, tinha “[...] o primeiro e soberano lugar [...]”, não era a única cultura que o Brasil enviava ao mercado externo – havia também a borracha no norte, o açúcar no nordeste, por exemplo (VILLELA & SUZIGAN, 1975, p. 9), no entanto, apesar dos demais produtos, era o café que articulava o Brasil à dinâmica capitalista mundial, pois, só nos anos 1930, a economia brasileira assistiu “A importância das exportações como principal determinante (exógeno) do crescimento [sendo] substituída pela variável endógena investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento ” (TAVARES, 1977, p. 34)⁵. No entanto, pagávamos um alto preço por nossa opção agro-exportadora, pois na vigência do *padrão-ouro*⁶ :

⁴ Celso Furtado (2003, p. 226) também não cita um processo de industrialização anteriormente a 1930. Segundo ele, neste período a economia brasileira era refém das variantes externas, ou seja, o centro dinâmico de nossa economia era voltado para fora da nação.

⁵ Esta visão de crescimento “periférico e dependente” da economia brasileira, ligada à CEPAL, foi criticada por João Manuel Cardoso de Mello em sua obra *O Capitalismo Tardio*. Além disso, João Manuel indicou como se deu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil pós-30, suas exigências e seus gargalos.,

⁶ No sistema econômico do padrão-ouro a prioridade dos bancos centrais calcava-se na manutenção da conversibilidade das moedas em ouro, tornando-se essencial a defesa das reservas de ouro em seus depósitos. A preponderância era do banco central da Inglaterra.

Os países produtores de ‘commodities’ estavam sujeitos a abalos excepcionalmente fortes nos preços de seus produtos no mercado. Muitos haviam se especializado na produção e exportação de uma pequena diversidade de produtos primários, o que os deixava expostos a flutuações voláteis de seus termos de troca. Os países na periferia também sofriam os efeitos desestabilizadores de mudanças nos fluxos de capitais internacionais [...] um declínio no volume de fluxos de capital [vindos principalmente da Inglaterra] para as regiões geradoras de produtos primários não resultou [a partir de 1870] em um aumento estabilizador da demanda por exportações dessas ‘commodities’ em outras regiões do mundo. Da mesma forma, uma diminuição nas receitas das exportações das ‘commodities’ tornaria um país importador de capital um mercado menos atraente para investidores externos (EICHENGREEN, 2000, p.68 e 69).

A despeito das subidas e descidas do preço internacional do café, nasceram indústrias, principalmente as de bens de consumo não-duráveis, como a indústria alimentícia, o que causou grande polêmica quanto ao seu entendimento.

O problema está em compreender os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre a industrialização: teriam sido positivos ou negativos? Desta questão vem a “Teoria dos Choques Adversos” e a tese da “industrialização induzida pelas exportações”, polêmica que esteve em evidência nos anos 1970 (SAES, 1989, p. 25). Os que defendem a “Teoria dos Choques Adversos” – Albert Fishlow, Werner Baer e outros – afirmam que a Primeira Guerra impulsionou e foi primordial para a indústria nacional de transformação, pois apoiou a primeira onda de industrialização através da substituição de importações. Contrária a esta idéia é a análise que mostra o crescimento industrial anterior à guerra como reflexo dos lucros gerados pelo café – principalmente em São Paulo – e que, a I Guerra Mundial teria freado este boom industrial, ao dificultar a importação de máquinas e outros insumos às indústrias nascentes, visão exposta por Warren Dean, Villela & Suzigan e outros autores.

Contudo, ambas as explicações da “Teoria dos Choques Adversos” e “Industrialização induzida pelas Exportações”, não conseguiam apreender em sua totalidade o crescimento industrial brasileiro do início do século XX. Flávio e Maria Teresa Versiani exemplificam este dilema em sua análise sobre a evolução da indústria têxtil brasileira, quando mostram que a crise externa, ao derrubar o câmbio, estimulava a produção industrial e reduzia o investimento. Já a expansão das exportações, por outro lado, ao subir o câmbio impulsionava o investimento, mas prejudicava a produção nacional, através do declínio nos preços dos importados, resultando em uma ambigüidade entre exportações e indústria, assim resumida:

[...] o início da industrialização surge como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior. De um lado, evidencia-se o fato de que ‘os choques adversos’ não teriam tido o impacto que tiveram na ausência de fases anteriores de formação de capacidade produtiva. De outro lado, a interpretação da industrialização como um resultado direto da expansão das exportações aparece como notoriamente insuficiente e simplista (VERSIANI; VERSIANI, 1977, p. 141).

A história da Companhia Ararense de Leiteria evidencia tal impasse nas explicações, pois fica difícil caracterizá-la somente em uma das visões da indústria brasileira do início do século XX. Esta firma, como será mostrada, nasce na onda do crescimento industrial anterior à Primeira Guerra Mundial, em 1909, período não tão favorável à lavoura cafeeira. Mas nota-se, também, uma expansão de suas atividades e de seu capital no período da guerra, o que mostra que o conflito lhe foi benéfico. Mais interessante para elucidar a formação e o desenvolvimento da Leiteria são as interpretações

da gênese da indústria brasileira, que fundam suas origens no desenvolvimento capitalista da economia cafeeira, tratando imigração européia, trabalho assalariado, formação de mercado de trabalho, constituição da burguesia cafeeira e sua predominância mercantil como características do desenvolvimento capitalista no Brasil (SAES, 1989, p.30). Um dos autores que analisa a relação entre café e indústria é João Manuel Cardoso de Mello, em seu clássico *O Capitalismo Tardio*. Em sua obra, fica claro que a economia cafeeira fomentou o nascimento do capital industrial, com o deslocamento de recursos, porém, mostra que há uma relação que se torna contraditória entre o café e a indústria. Além disso, indica a importância dos fatores externos como os determinantes, em última instância, do movimento da economia brasileira no início do século XX, ao dizer que “A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial” (Mello, 1998, p. 115).

Apoiado na relação café-indústria (sócios da Leitaria eram fazendeiros de café) o estudo desta firma vai apresentar este e outros traços que se coadunam com a análise de João Manuel Cardoso de Mello. Passemos agora à abordagem de tal firma neste contexto de discussão.

3. Louiz Nougés implanta sua idéia, dando origem à Leitaria

Tratar da história da Companhia Ararense de Leitaria é, ao mesmo tempo, percorrer a trajetória de vida de francês Louiz Nougés. Nascido na França em 1878, formou-se na Sorbonne e, com conhecimentos em química e agronomia, além de ter recebido uma bolsa de estudos, veio para Araras a fim de trabalhar na Escola de Trabalhadores Rurais, em 1908.

Entendendo, como afirma Schumpeter (1982, p.54), que “chamamos ‘empreendimentos’ à realização de combinações novas; [e] chamamos ‘empresários’ aos indivíduos cuja função é realizá-los”, Nougés encaixa-se perfeitamente no papel do empresário schumpeteriano. O francês, que sempre gostou de novidades científicas, conheceu na Europa uma técnica inovadora que permitia a conservação do leite através de sua condensação. Esta tecnologia já estava disponível nos Estados Unidos desde meados do século XIX e, na Suíça, tinha sido implantada pelos pesquisadores Henri Nestlé e George Page (MATTHIENSEN, 2003, p. 106-7). O fato de Nougés não ser o inventor da idéia não deve diminuir sua importância, porque:

A liderança econômica em particular deve, pois, ser distinguida da ‘invenção’. Enquanto não forem levadas à prática, as invenções são economicamente irrelevantes. E levar a efeito qualquer melhoramento é uma tarefa inteiramente diferente da sua invenção e uma tarefa, ademais, que requer tipos de aptidão inteiramente diferentes. Embora os empresários possam naturalmente ser inventores exatamente como podem ser capitalistas, não são inventores pela natureza de sua função, mas por coincidência e vice-versa. Além disso, as inovações, cuja realização é a função dos empresários, não precisam ser invenções (SCHUMPETER, 1982, p. 62).

Após conhecer a técnica Nougés passou a analisar a viabilidade de implantá-la em seu novo lugar de moradia, o município de Araras, que não possuía nem 20 mil habitantes (CAMARGO, 1981, p.22). Neste momento, foram primordiais algumas características que, segundo Schumpeter, diferenciam a atuação do empresário como intuição, liderança, desejo

de conquista, autoridade, iniciativa e previsão. Estes atributos o ajudaram a vencer os obstáculos financeiros para a implantação da Leiteria.

De um lado, Nougés era estimulado em sua iniciativa pelo fato de Araras ter algumas vantagens: boa produção de leite nas fazendas do município e da região (Leme, Conchal, Mogi-Guaçu), proximidade da capital do Estado e o fato da cidade pertencer à malha ferroviária da *Paulista* desde 1877 (MATOS, 1974, p. 66-7), o que facilitava a chegada da matéria-prima. O leite vinha de pequenas fazendas da região, comprovado pelo grande número de estações no Ramal de Descalvado, ao qual pertencia Araras, que fazia a ligação entre Cordeirópolis e Descalvado, compreendendo 13 estações em um total de 223, 773 km (GIESBRECHT, 2007), e o escoamento da produção. Por outro, o problema estava na obtenção do capital necessário à implantação da indústria o que, segundo Penrose, deveria ser solucionado pela astúcia do empresário:

La afirmación de que ‘la escasez de capital’ es causa de la quiebra de las empresas pequeñas, solo indica que se requiere un tipo muy particular de habilidad empresarial para poner en marcha una nueva empresa o para mantener el ritmo de inversiones necesarias hasta que la empresa alcanza una situación y un tamaño tales que haga posible obtener facilmente nuevos créditos (PENROSE, 1962, p. 44).

O desafio de Nougés estava em vencer a resistência dos “capitalistas”, entendidos como “[...] proprietários de dinheiro, de direito ao dinheiro, ou de bens materiais” (SCHUMPETER, 1982, p.54) em financiar esta novidade. Era necessário inspirar confiança aos mesmos sobre a viabilidade deste empreendimento industrial. Keynes resume bem esta “aposta”:

Em outros tempos, quando as empresas pertenciam, quase todas, aos que as tinham fundado ou aos seus amigos e sócios, o investimento dependia de um número suficiente de indivíduos de temperamento entusiástico e de impulsos construtivos que empreendessem negócios como uma maneira de viver, sem realmente tomar como base os cálculos precisos de lucros prováveis. Os negócios eram, em parte, uma loteria, embora o resultado final fosse, predominantemente, determinado pelo fato de serem as aptidões e o temperamento dos dirigentes superiores ou inferiores à média. Uns fracassariam, outros seriam bem sucedidos (KEYNES, 1982, p. 125).

Para entender como Nougés convenceu os “capitalistas” em questão, neste caso os fazendeiros de café, deve-se olhar para a economia brasileira à época. No início do século XX a exportação de café era o motor de nossa economia. Este capital foi se “metamorfoseando” em capital industrial, ao concentrar grande montante de liquidez nas mãos dos fazendeiros, ao passar do escravismo ao trabalho assalariado – transformando a força de trabalho em mercadoria – e, assim, criando um mercado consumidor (MELLO, 1998, p. 105). Esta “passagem” não deve ser associada, no entanto, exclusivamente a uma crise no complexo exportador cafeeiro.

Superficialmente, o capital cafeeiro que era predominantemente mercantil e ligado aos interesses dos grandes mercadores internacionais pelo lado da realização, teve como razões para invadir a indústria: uma boa taxa de rentabilidade esperada, condições favoráveis de financiamento, por exemplo, através das emissões de papel-moeda feitas durante o Encilhamento (CARDOSO, 1985, p.33), vindas da política econômica do Estado – como a reforma da Lei de Sociedades Anônimas⁷ – e uma disponibilidade de mão-de-obra

⁷ A legislação sobre a constituição de sociedades anônimas no Brasil do início do século XX datava de 1891. A lei exigia destas sociedades: a) divisão do capital social em ações; b) a responsabilidade do acionista,

proveniente da grande imigração para as lavouras cafeeiras. Mas, estruturalmente, é necessário atentar para o grande acúmulo de liquidez que não podia ser empregado a todo o momento na compra de terras aliás, o Estado de São Paulo, desde 1902, havia proibido a plantação de novos cafezais e a replantação pelo prazo de cinco anos, prorrogado, em seguida, por mais cinco (DELFIM NETTO, 1979, p. 47). Além disto, havia os custos da produção cafeeira: depreciação do capital fixo, custos comercial-financeiros, custos de transportes e impostos e sobretudo, o pagamento de salários e sua subordinação aos preços internacionais através da importação de alimentos e bens de consumo assalariados. Ademais, é preciso mencionar os custos de manutenção de mão-de-obra empregada nas empresas nascentes, que eram, pelos mesmos motivos, condicionados à importação. Era interessante aos manipuladores do capital cafeeiro diminuir os seus custos e a sua dependência do mercado externo, por isto, o investimento na indústria tornava-se interessante ao atender a estas duas reivindicações, pois:

A própria expansão da agricultura de alimentos, por sua vez, estimula a acumulação industrial e o investimento público, ao suprir abundantemente este componente dos salários, não exercendo qualquer pressão no sentido de elevar o custo da reprodução da força de trabalho urbana; reversamente, o setor industrial estimula o investimento público e a agricultura de alimentos ao prover *wage goods* industriais a preços quase constantes. Quer dizer, devido ao abundante suprimento de força de trabalho, conjugado ao crescimento harmônico da agricultura de alimentos e do setor industrial, não houve qualquer pressão para a subida tanto dos salários monetários quanto dos salários reais, uma vez que o nível de renda de preços manteve-se praticamente constante entre 1903 e 1905, e subiu em 1906 para se estabilizar daí por diante (MELLO, 1998, p. 162).

Além disso, os cafeicultores, ao diversificarem seu capital nas atividades industriais, podiam lucrar na forma desta associação já que, como no caso da Leiteria, uma parte do leite que a fábrica utilizava vinha da fazenda de um dos acionistas, a Baronesa de Arary, proprietária da fazenda Montevidéo. Ainda mais relevante era a questão das parentelas nesta região do Oeste Paulista. A citada Baronesa, Maria Dalmacia, era filha do Barão de Araras – Bento de Lacerda Guimarães, um dos fundadores da cidade, que se tornou município em 1871 – viu sua prima Maria da Glória, filha de José de Lacerda Guimarães, o Barão de Arary, o outro fundador do município e irmão de Bento, casar com João Soares do Amaral. Desta união originou-se, entre os demais filhos, João e Mario de Lacerda Soares, fundador e posterior acionista da Leiteria, respectivamente (LEME, 1903). É importante ressaltar que todos eles, grandes fazendeiros, estavam ligados à parentela dos Lacerda, que era a representação do Partido Republicano Paulista no município de Araras, sendo que, também havia uma representação no nível federal, através do Senador Lacerda Franco. Todas estas relações de parentesco serão imprescindíveis para compreendermos a história da empresa leiteira em questão.

Neste quadro, vale ressaltar que a indústria que o capital cafeeiro escolheu para nela adentrar foi a de bens de consumo assalariado, como a de alimentos, e não a de bens de produção, que havia acabado de passar pela “Segunda Revolução Industrial”, caso da siderurgia, o que implicava “[...] uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um grande aumento das dimensões da

limitando-a ao valor da entrada feita; c) administração por meio de mandatários revogáveis *ad nutum*; d) máxima publicidade dos atos da constituição e da vida da sociedade. As demais regras sobre a associação ficavam a cargo das cláusulas de convenção e das estipulações dos contratos (LEVY, 1994, p.178).

planta mínima e do investimento inicial” (MELLO, 1998, p. 109). Para dar conta desta nova modalidade, era necessária grande mobilização e concentração de capitais, porém nada compensadores, quando comparados aos riscos do investimento numa economia frágil como a brasileira, além do difícil acesso a tal tecnologia. Tais empecilhos não atrapalhavam a indústria de bens de consumo corrente, onde a tecnologia simples não necessitava de grandes conhecimentos para o uso e era facilmente encontrada no mercado internacional. Por fim, o tamanho do estabelecimento e o montante do investimento inicial eram compatíveis à realidade brasileira (MELLO, 1998, p. 109).

Desta forma, associaram-se ao empreendimento de Nougues os fazendeiros José de Souza Queiroz⁸, proprietário da *Fazenda Cresciumal*, e João de Lacerda Soares, filho de João Soares do Amaral, proprietário das *Fazendas Palmeiras* e *Santa Maria*, coronel da Guarda Nacional e vereador durante várias legislações em Araras que, em 1913, foram avaliadas em Rs. 941.241\$000 (novecentos e quarenta e um contos e duzentos e quarenta e cinco mil réis)⁹. Tais cafeicultores sabiam das dificuldades que o café vinha enfrentando, com a taxação imposta pelo Estado de São Paulo à sua exportação, a fim de cobrir os dispêndios do Plano de Valorização, e os preços caindo desde 1903, sendo que só voltariam a subir a partir de 1909 (DELFIN NETTO, 1979, p. 54 e 55). Esta contenção da expansão cafeeira era acentuada pela valorização cambial que vinha desde 1898, com o governo Campos Sales, a qual diminuía os lucros do café no momento da conversão das libras em mil-réis. O contexto do café pode, em certa medida, ser caracterizado como de *crise*, pois:

A crise cafeeira de 1897/1908 permitiria o fracionamento de parte das terras do café (nas zonas mais velhas e improdutivas), onde surgiria uma agricultura produtora de alimentos que libertaria a acumulação ainda mais, poupando-lhes divisas antes gastas com importações de alimentos simples. Resumindo, era aí que se criavam condições para uma acumulação capitalista diversificada, não só em café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade e outros. Assim, desdobrava-se o capital cafeeiro [dominantemente mercantil] em múltiplas faces (CANO, 1998, p.58).

Assim, em uma assembléia na casa de Nougues, no dia 31 de novembro de 1908, surgia a Companhia Ararense de Leitaria. Na prática, só passou a funcionar após a autorização, que veio com o decreto presidencial nº 7.279, de 7 de janeiro de 1909. Na mesma assembléia, foram eleitos para ocupar cargos na indústria: José de Souza Queiroz, Presidente, João de Lacerda Soares, Diretor Comercial, e Louiz Nougues, Diretor Técnico. Além deles, formavam o Conselho Fiscal o Barão de Tatuhy¹⁰, o Visconde de Nova Granada¹¹ e Arthur de Moraes Jambeyro Costa¹². Uma amostra do poderio destes

⁸ Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e fazendeiro. Era filho de Francisco Antonio de Sousa Queiroz, senador no Império, abastado fazendeiro e proprietário em São Paulo; e de Antonia Eufrozina Vergueiro, a Baronesa de Souza Queiroz, filha do Dr. Nicolau de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro – dono da fazenda Ibicaba (LEME, 1903).

⁹ *A Tribuna do Povo*, Araras, SP, 15 jun. 1913.

¹⁰ Francisco Xavier Paes de Barros – conhecido por Barão de Tatuí – nasceu em Sorocaba no ano de 1831. Foi influente membro do partido liberal, sendo eleito deputado do quarto distrito. Com o advento da República abandonou a política, recolhendo-se à vida privada. Foi fundador e presidente do Banco de São Paulo. Era casado em primeiras núpcias com d. Gertrudes Aguiar Paes de Barros, filha do barão de Itu; e em segundas núpcias com a baronesa de Itapetininga.

investidores está no relatório nº 60 da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes, referente à assembléia geral dos acionistas datada de 30 de abril de 1909. Nele, dentre os milhares de acionistas, constam: Dr. Arthur Jambreiro Costa, 4 ações e sem direito a voto; Baronesa de Arary, 2.882 ações e 156 votos; Barão de Tatuhy, 900 ações e 57 votos; João Soares do Amaral, 750 ações e 50 votos; José de Sousa Queiroz, 897 ações e 57 votos; e, por fim, Francisco Antonio de Queiroz Telles – futuro acionista da Leiteria – com 800 ações e 52 votos. Tais investimentos comprovam que a diversificação do capital cafeeiro não era uma novidade a estes fazendeiros e, portanto, as inversões no ramo industrial seriam mais uma forma de assegurar outras fontes de lucro.

Desta forma, a Leiteria, de razão social Lacerda, Soares & Nougues, cujo capital inicial era de Rs. 66:800\$000 (sessenta e seis contos e oitocentos mil réis), em ações de Rs.200\$000 (duzentos mil réis), tinha como objetivo

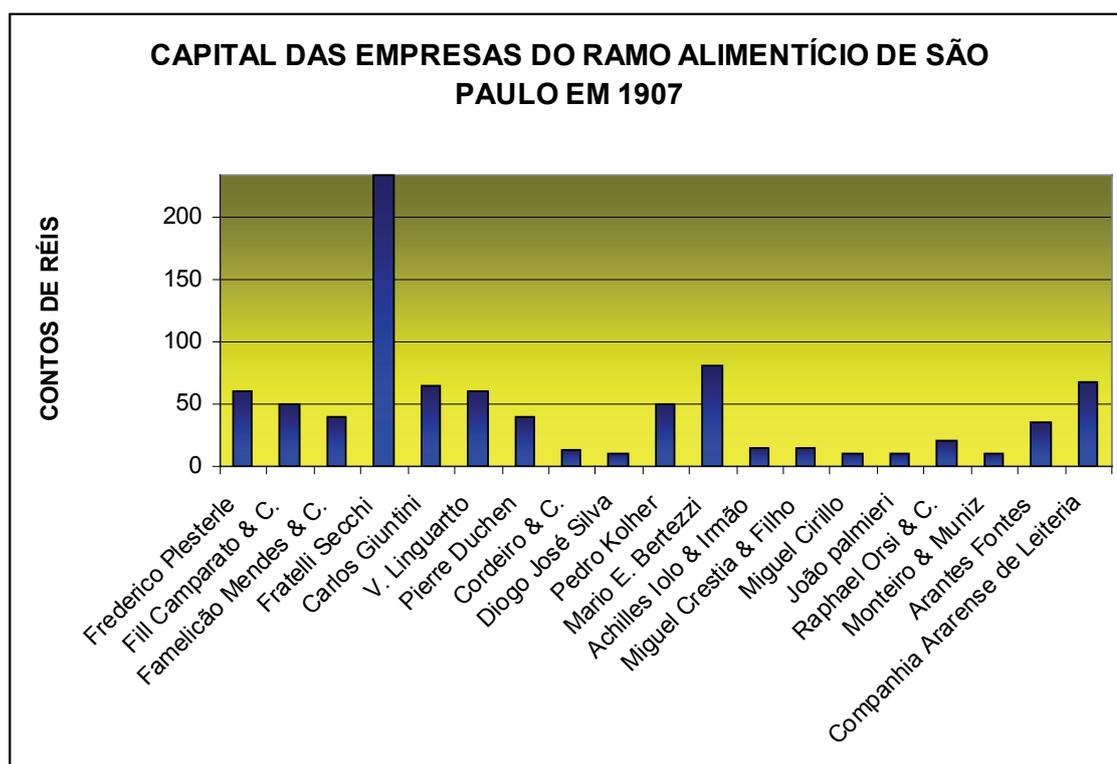
Adquirir o leite na zona circunvizinha e, depois de o fazer passar por operações de uma technica especial de accordo com os processos mais recentes neste gênero de indústria, vendel-o directamente aos consumidores em São Paulo. (CIDADE..., 1908, p.2).

4. Crescimento e expansão da Leiteria (1909–1918)

A Companhia Ararense de Leiteria nasceu como uma forte empresa no setor alimentício paulista. Uma comparação com outras do mesmo ramo ajuda a elucidar a questão.

¹¹ O português José Alves Barreto – o Visconde de Nova Granada – foi um negociante e capitalista no Brasil que nasceu em Castanheira de Pêra em 5 de Março de 1859, sendo filho de Manuel Alves Barreto e de D. Agueda Henriques dos Santos. Aos 16 anos veio para o Brasil para seguir a carreira comercial. Empregado numa importante casa na província de Campos, teve de retirar-se pela falta de saúde, para a província de S. Paulo fazendo parte, aos 22 anos de idade, da firma social J. Aguiar & Companhia, sucessores. Durante cinco anos desenvolveu grande atividade no comércio. Foi depois a Portugal visitar a família e tratar da sua saúde, pois se sentia bastante doente pelo seu excessivo trabalho. Regressando a São Paulo, dissolveu-se aquela firma, constituindo-se a de Aguiar & Barreto. Tendo adquirido avultada fortuna, casou com uma senhora brasileira, D. Ana Miquelina, e desde então abandonou a vida do comércio, dedicando toda a sua valiosa atividade à cultura do café, um dos ramos agrícolas mais produtivos na província de S. Paulo. No meio dos confortos que lhe proporcionou a sua importante fortuna, não se esqueceu dos infelizes. O seu nome esteve ligado a muitas instituições de caridade. A Beneficência Portuguesa de São Paulo, de cuja direção é presidente, e onde tem gasto quantias avultadas, deve-lhe numerosos serviços, tendo-o condecorado com o título de *benemérito*.

¹² Casado com Cândida, filha de Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga e de Cândida Franco, filha do capitão Joaquim Franco de Camargo, o Alferes Franco – membro da Guarda Nacional que faleceu em Limeira a 29 de Dezembro de 1861, deixando uma enorme fortuna, principalmente em terras que de Limeira se estendia por Rio Claro e Araras. Consta de seu testamento 5 sítios em Limeira, 2 sítios em Rio Claro e 1 em Araras – medindo este último 600 alqueires



Fonte: O Brasil: suas riquezas, suas indústrias. Rio de Janeiro: Orosco, 1907, p. 120-5.

A análise do gráfico mostra que a Leitaria estava entre as três empresas de maior capital no ramo alimentício¹³, perdendo apenas para a Fratelli Secchi da cidade de São Paulo e Mario E. Bertezzi, de Piracicaba. Porém, com o decorrer da década de 1910, a empresa arareense acresceria muito ao seu capital inicial.

Não há como negar que a Companhia Arareense de Leitaria cresceu vertiginosamente entre 1909 e 1918. Tal período foi marcado pela Primeira Guerra Mundial, o que terá um peso na análise da sua expansão. Em termos bélicos, sua repercussão no Brasil foi diminuta, devido à pequena participação do país, que se restringiu à entrega de navios alemães aos aliados, mais especificamente aos franceses, somada ao envio de uma divisão naval, de um grupo de dez aviadores navais e de uma missão médica militar (VINHOSA, 1984, p. 165). Já no que diz respeito à economia, a discussão é grande, como visto, em torno da repercussão do conflito (sobretudo nas temáticas de “Teoria dos Choques Adversos” e “Industrialização por Substituição de Importações”). Para a finalidade deste artigo, a Guerra é algo que deve ser considerado dentro do contexto da história da Leitaria, assim como o que aconteceu a esta indústria, tanto antes quanto depois do conflito.

A análise deve começar por definir a empresa em questão como “[...] tanto una organización administrativa como un conjunto de recursos productivos. Tiene como fin organizar el empleo de los recursos ‘propios’ y adquiridos con objetivo de producir y vender ciertos bienes y servicios y obtener un beneficio [...]” (PENROSE, 1962, p. 36). Como tal, é na indústria leiteira que irá batalhar por seu espaço, principalmente através da

¹³ Nesta abordagem, o ramo alimentício considerou as indústrias produtoras de massas alimentares, gelo e doces, devido à carência de dados específicos relativos às indústrias que manufaturavam o leite. Além disso, considerou-se apenas as empresas, dentro daqueles três grupos, com capital igual o maior a 10 contos de réis.

produção do leite condensado. Porém isto gerava um problema, pois teria que concorrer com uma empresa, cujas notícias de presença no mercado brasileiro datam de 28 de outubro de 1876¹⁴, com um anúncio de Farinha Láctea, empresa que já havia passado pelo processo de departamentalização e centralização – à integração horizontal seguiu-se a vertical – onde as funções mais importantes, como fabricação, vendas e finanças, eram administradas pelos diretores ou gerentes, sendo estes subordinados ao presidente (CHANDLER, 1998, p. 48-9). Tal corporação era a multinacional¹⁵ suíça Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. que, além de farinha láctea, colocava no mercado brasileiro o seu leite condensado, o Milkmaid.

Apesar de toda a força da multinacional suíça, é possível que a demanda do mercado brasileiro por leite condensado, lembrando que ele não serve apenas para rechear o bolo, sendo uma boa maneira de conservar o laticínio por mais tempo, tenha aumentado consideravelmente na década de 1910, o que pode ser corroborado pela diminuição dos bens de consumo importados como um todo, mesmo que os índices dos produtos alimentícios não tenham caído tanto.

BRASIL – IMPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS, 1911-1918

Indicadores da Formação de Capital na Indústria						
Média	Bens de consumo	Matérias-primas	Combustíveis	Bens de capital p/ indústria	Consumo aparente de aço	Consumo aparente de cimento
1911-1913	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1014-1918	45,1	47,8	65,0	22,2	38,5	35,0

FONTE: Villela & Suzigan: 1975, p.128.

Importações através do porto de Santos, 1909-1918 (milhares de toneladas métricas)

	1909-1913	1914-1918	Declínio (%)
Produtos alimentícios	1.008	943	6
Papel e produtos do papel	48	45	6
Substâncias químicas e farmacêuticas	58	33	43
Tecidos de algodão	13	5	62
Ferro e aço	98	33	66
Produtos de ferro e aço	536	148	70
Máquinas	136	37	73

FONTE: Dean: 1991, p. 98.

¹⁴ *A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*. São Paulo, 28 out. 1876.

¹⁵ Multinacional é a estrutura básica do capitalismo dominante nos países altamente industrializados; caracteriza-se por desenvolver uma estratégia internacional a partir de uma base nacional, guiada por uma direção central (SANDRONI, 2001, p. 45).

Este fato é corroborado pela idéia de “interstícios” de Penrose, que trata das oportunidades abertas nos mercados à entrada de novas firmas:

Si el crecimiento de la economía en general va acompañado de la generación de nuevas industrias y campos tecnológicos no dominados por grandes empresas, será posible que otras nuevas ingresen en dichas industrias obteniendo aquellas mejor dotadas y de más pronto establecimiento una posición dominante. En los primeros momentos de un desarrollo industrial rápido, los intersticios pueden ser muy amplios y numerosos, debido a que las empresas establecidas son escasas y a que hay muchas nuevas industrias nacientes (PENROSE, 1962, p. 242).

O crescimento da Leiteria, baseado nas brechas deixadas pela Nestlé no mercado leiteiro, que aumentaram com a Primeira Guerra Mundial, poderia ter sido bloqueado pela dificuldade desta nova firma em obter capital para sua expansão, pois as oportunidades de novos investimentos se ligavam ao acesso às bases tecnológicas, ao comportamento da direção da empresa e, principalmente, ao volume de capital envolvido (GUIMARÃES, 1987, p. 108). Quanto ao último item, era necessário dar motivos para outros capitalistas investirem na Leiteria. Era importante transmitir a idéia de que, ao investir nesta empresa, o aumento nos lucros se traduziria em benefícios para aqueles que nela colocassem seu dinheiro. Uma forma para a empresa conseguir tais fundos era o pagamento de dividendos aos acionistas – a Leiteria, desde seu início, constituiu-se em uma sociedade por ações – os quais serviam para “[...] mantener la reputación de la empresa y, en particular, su atractivo frente a los inversionistas como fuente de fondos futuros [...]” (PENROSE, 1962, p. 31).

Desta forma, atraindo cada vez mais investidores para se tornarem acionistas – por exemplo, em 1917, a Leiteria pagou Rs. 20\$000 (vinte mil réis) por ação, referente ao ano de 1916¹⁶ – a indústria ararense cresceu robustamente. Se, em 1909, a empresa nascia com um capital de Rs. 66:800\$000 (sessenta e seis contos e oitocentos mil réis), já em 1915¹⁷ se realizou uma assembléia (noticiada também pelo jornal *O Estado de São Paulo*) que determinava o aumento de capital da Leiteria para Rs. 350:000\$000 (trezentos e cinquenta contos de réis), divididos em ações de Rs. 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma, valor que, em nova assembléia, no ano de 1917¹⁸, foi elevado a Rs. 450:000\$000 (quatrocentos e cinquenta contos de réis), em ações de Rs. 200\$000 (duzentos mil réis).

Para se ter uma idéia da ascendência da Leiteria em relação ao município em que se situava, podemos comparar este capital inicial da Leiteria, e sua evolução, com a Companhia Araras Industrial. Esta empresa de couro, contemporânea à Leiteria, em 1915¹⁹, tinha como um dos sócios André Ulson Júnior, Prefeito de Araras em 1916, dispunha de um ativo da ordem de Rs. 55:353\$029 (cinquenta e cinco contos, trezentos e cinquenta e três mil e vinte e nove réis). Outro parâmetro, que nos dá uma noção do poderio econômico da Leiteria, é o Balancete Geral da Receita e Despesa do Município de Araras²⁰, onde se situava sua fábrica, referente ao ano financeiro de 1915. Nele consta que o valor da receita foi de Rs. 136:127\$181 (cento e trinta e seis contos, cento e vinte e sete mil e cento e oitenta e um réis); no mesmo ano, a Leiteria aumentara seu capital para um valor maior que

¹⁶ *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 25 mar. 1917.

¹⁷ *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 16 abr. 1916.

¹⁸ *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 28 abr. 1918.

¹⁹ *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 15 ago. 1915.

²⁰ *A TRIBUNA DO POVO*. Araras, 21 mai. 1916.

o dobro da receita ararense. Ainda quanto à receita do município, nota-se que o valor do imposto pago pela Leiteria, em 1910, pela lei nº 25 do mesmo ano²¹, e em 1912²², Rs. 120\$000 (cento e vinte mil réis), era quase a metade do que pagava a Baronesa de Arary, Rs. 245\$000 (duzentos e quarenta e cinco mil réis), proprietária da *Fazenda Montevideo*, uma das fornecedoras de leite e também acionista da Leiteria.

A Companhia Ararense de Leiteria tornou-se um investimento atrativo aos detentores de capital. Este fato fica exposto na quantidade e na qualidade de seus novos acionistas, muitos deles, apesar de serem ararenses, residentes na cidade de São Paulo, como é o caso do fazendeiro João Soares do Amaral, pai de um dos fundadores da empresa, João de Lacerda Soares. Citar todos os que tiveram uma porcentagem na empresa seria muito extenso, portanto, nos ateremos a alguns nomes, baseando-nos no ano de 1917, quando a Leiteria aumentou seu capital e fez uma revisão de seus estatutos. Na assembléia ocorrida na sede da indústria, em Araras, no dia 6 de novembro de 1917, compareceram os seguintes acionistas: Manoel Monteiro de Araripe Sucupira (20 ações), à época Presidente da Leiteria; Percílio de Carvalho (18 ações); Maria Luiza de Queiroz (76 ações); Francisco Xavier Paes de Barros (12 ações), Baronesa de Arary (25 ações); Mário Lacerda Soares (18 ações), fazendeiro, membro do Conselho Fiscal da indústria e irmão de João de Lacerda Soares; Pedro Queiroz Lacerda (1 ação), também membro do Conselho Fiscal; além daqueles que ordenavam a Leiteria, como João de Lacerda Soares (1.054 ações), que era o segundo secretário; João Soares do Amaral (120 ações), que, além de fazendeiro e pai de João e Mário Lacerda Soares, era Coronel da Guarda Nacional em Araras²³; José Francisco de Queiroz Telles (18 ações), proprietário da *Fazenda Sant'Anna*; e o idealizador Louiz Nougues (500 ações). Esta divisão dos proprietários e de suas ações era importante, pois, no artigo 13 do Estatuto da Leiteria, de 1917, constava que cada ação tinha direito a 1 (um) voto nas assembléias, o que demonstrava que o poder de decisão se concentrava nas mãos dos fundadores, João de Lacerda Soares, incluindo seu pai e seu irmão, e Louiz Nougues, fato que poderá explicar os acontecimentos posteriores da Leiteria.

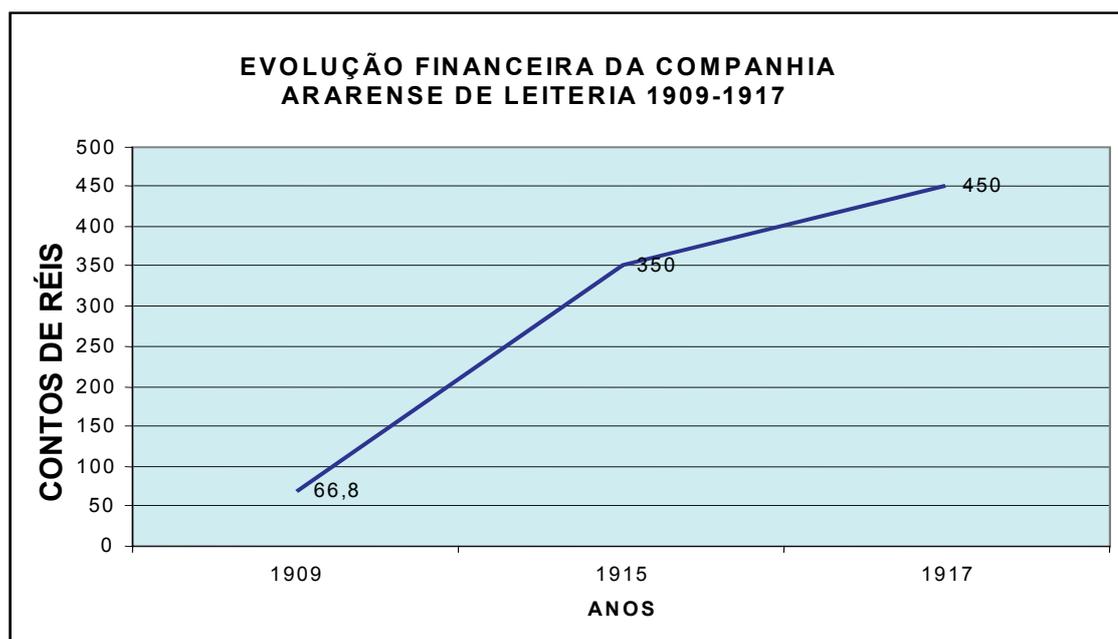
5. Venda da Leiteria e Chegada da Nestlé (1921)

Ao analisar a trajetória da Companhia Ararense de Leiteria, entre seus pouco mais de dez anos de atividade, fica difícil entender o que moveu seus controladores à operação de venda à multinacional suíça do ramo leiteiro, Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co., em 1920.

²¹ ATA DA CÂMARA MUNICIPAL. Araras, 17 out. 1910.

²² LIVRO DE IMPOSTOS. Câmara municipal. Araras, 1912.

²³ DALTRO, W. L. *Araras – 1902: História da Primeira Festa das Árvores do Brasil*. Araras: Topázio, 2002.



A ascendente do gráfico demonstra claramente a trajetória de sucesso da Leitaria durante a década de 1910. A resposta para sua venda pode estar nos interesses pessoais dos acionistas e o que cada um deles desejava, ao se tornar sócio da Leitaria.

Quase todos os acionistas tinham negócios paralelos à Leitaria, inclusive Nougés²⁴, o que indica que não se dedicavam integralmente aos interesses desta. Além disto, a empresa, apesar do montante de capital acumulado, tinha um caráter familiar, o que fica nítido com os laços de parentesco entre, por exemplo, dois de seus maiores acionistas, João Soares do Amaral e João Lacerda Soares, respectivamente pai e filho. Esta idéia do parentesco deve unir-se à concepção de que muitos acionistas, por exemplo, Nougés, juntaram uma quantia de dinheiro em suas mãos que lhes permitia viver tranquilamente e conduzir seus outros negócios, pois

Hay excelentes hombres de negocios que pueden tener una escala de valores personal de acuerdo con la cual una renta mayor de aquella que es necesaria para conferirle una situación confortable en la comunidad, no posee el suficiente atractivo para dedicarle más tiempo y esfuerzos (PENROSE, 1961,p. 40).

Existem vários atributos citados que valorizam a função do empresário, tais como ambição, versatilidade, previsão, etc. Porém, a falta dos mesmos pode tornar-se um empecilho ao crescimento da empresa. Assim, a falta de ambição, que pode ter advindo da boa condição financeira de que gozavam, na época da venda, os acionistas da Leitaria, “[...] es la restricción más importante [...]” (PENROSE, 1962, p.40). É necessário notar também que a oferta feita pela Nestlé para comprar a indústria foi bem sedutora e, com certeza, vinha ao encontro dos objetivos daqueles que investiam na empresa ararense, uma vez que as incertezas do mercado quanto ao futuro dos negócios faziam de cada investimento uma “aposta”. Assim,

²⁴ Louiz Nougés fundou um “Internato de Ciências e Letras” em 1912, onde ministrava aulas para os filhos da elite ararense.

[...] mesmo não sendo compelida a retirar-se da indústria, uma firma pode mostrar-se disposta a abandoná-la quando a taxa de lucro, embora positiva, cair abaixo de determinado nível, se achar um comprador para seus ativos fixos vinculados a essa indústria. Essa transferência de ativos pode corresponder à aquisição da firma como um todo ou meramente à compra da quase firma não-lucrativa (GUIMARÃES, 1987, p. 30).

Tais fatores – proposta de venda tentadora, falta de ambição, boa condição de vida já alcançada e incertezas – impeliram a Companhia Ararense de Leiteria em seu processo de venda à Nestlé, já que “[...] a una empresa muy próspera puede resultarle más lucrativo fundirse con otra empresa, perdiendo así su identidad, que no continuar independientemente” (PENROSE, 1961, p. 26). A data oficial do fechamento do negócio entre a Companhia Ararense de Leiteria e a multinacional suíça é 22 de janeiro de 1921, porém, pode-se considerar que a “vida útil” da Leiteria se tenha extinguido no ano anterior.

Outra controvérsia girou em torno do valor que a Nestlé pagou pela Leiteria. Na escritura consta que foram pagos Rs. 800:000\$000 (oitocentos contos de réis), versão que, na cidade de Araras, é contestada, pois se afirmava que haviam sido pagos Rs. 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis)²⁵.

A Nestlé, desta forma, instalava-se definitivamente em um mercado onde já era conhecida mas, principalmente, fugia das agruras que o pós-guerra havia deixado na Europa, onde os sistemas monetários estavam desorganizados, houve forte queda do poder aquisitivo das pessoas, os embargos, as novas tarifas e as animosidades criadas pela Primeira Guerra Mundial atrapalhavam a ação comercial das grandes indústrias (HOBSON, 1983, p.338). Além disto, dizer quais eram as estratégias da Nestlé e das outras multinacionais ao investir no Brasil é simples:

[...] 1) O processamento de matérias-primas locais com vistas à exportação do produto final [...] 2) A obtenção da primazia no abastecimento dos mercados locais, mediante a antecipação à entrada dos concorrentes ou o afastamento dos mesmos da competição interna [...] 3) A substituição parcial das importações de produtos industrializados [...] e 4) O aumento da participação no abastecimento do mercado interno através da produção local de bens anteriormente importados, baseada na disponibilidade de matérias-primas a baixo custo e na existência de uma demanda interna compatível com a obtenção de certas escalas mínimas de produção [...] (SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, 2002, p. 236).

A negociação da Lacerda, Soares & Nougés, razão social da Companhia Ararense de Leiteria, com a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co. foi selada entre os representantes de cada empresa: João de Lacerda Soares e Louiz Nougés, os maiores acionistas, em nome da indústria ararense e, pelo lado da multinacional suíça, Edouard Dutilh. Assim, a Nestlé adquiria uma indústria forte, que havia lucrado muito com o leite condensado, “[...] os lucros espantosos que tem auferido desde a Guerra, o aumento do custo de cada caixa de leite condensado, que era a princípio de Rs. 33\$000 e actualmente [1921] de Rs. 75\$000 [...]” (A TRIBUNA..., 1921, p.9); e pagava um imposto, até certo ponto, baixo em relação às outras indústrias do município, da ordem de Rs. 1:220\$000 (um conto e duzentos e vinte mil réis). Situada a 170 quilômetros da capital do Estado, tinha facilidades para obtenção da matéria-prima e escoagem da produção, pelo fato de fazer parte da malha ferroviária da Paulista. Outros atrativos para os compradores eram todas as instalações prontas e o grande patrimônio que a Leiteria possuía em sua sede

²⁵ A TRIBUNA DO POVO. Araras, 9 jan. 1921.

na cidade de Araras: havia uma represa que abastecia, através de suas canalizações, toda a fábrica, máquinas para a produção de latas para leite condensado, além da fábrica do leite condensado em si, máquinas para a fabricação de manteiga, entre outras e, além delas, uma vasta quantidade de terras no entorno da Leiteria.

Desta maneira, a Nestlé que, nos idos de 1900, tinha apenas um escritório de representação na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, a 23 de dezembro de 1920, pelo decreto Presidencial nº 14.567, recebeu autorização para funcionar no Brasil. O primeiro produto feito no município de Araras foi o Milkmaid, leite condensado já consagrado no mercado que, no Brasil, teve seu nome mudado para Leite Moça.

6. Conclusão

A polêmica em torno do “boom” industrial no Brasil do início do século XX deve ter um alcance maior para melhor compreensão de nosso objeto de estudo. Realmente, o mais importante não é saber se a Leiteria corrobora a idéia dos Choques Adversos ou se é resultado de uma Industrialização Induzida pelas Exportações, mesmo porque a empresa ararense é constituída num momento de queda dos preços do café, após o Plano de Valorização feito para o adiamento da crise. Essencial é analisar as relações dos detentores do capital, os fazendeiros de café, suas motivações e aspirações no momento desta inversão de capital. A relação café-indústria, como apontada por João Manuel, em *O Capitalismo Tardio*, deve ser apreendida em sua individualidade, pois cada um que se envolveu na empreitada de Nougés tinha interesses particulares que, muitas vezes, ficam difíceis de serem resumidos a uma simples relação de diminuição de custos da lavoura cafeeira.

Contudo, o objetivo do texto foi abordar como era possível a uma pessoa detentora do chamado “espírito empreendedor”, pôr em prática suas idéias e conseguir transformá-las em realidade. Nosso personagem, o francês Louiz Nougés, deu uma boa noção daquilo que era necessário fazer no início do século passado para tornar-se um empresário e, posteriormente, um industrial.

A Companhia Ararense de Leiteria, fundada em 1909, sob a razão social de Lacerda, Soares & Nougés, foi obra do sonho de Nougés, mas deve ser compreendida, também, sob a luz do grande capital cafeeiro. Este, cada vez mais se aventurando em novas áreas, em busca de diminuir seus custos de manutenção e oportunidades lucrativas de investimento, foi-se metamorfoseando em capital industrial, não só nos momentos de crise do setor cafeeiro e dando origem à burguesia industrial paulista. Os fazendeiros que Nougés procurou para fomentar sua empresa, João de Lacerda Soares, João Soares do Amaral e José de Souza Queiroz, ilustravam bem este tipo de “capitalista” que viabilizava a implantação de novas indústrias.

Com o crescimento da Leiteria, novos sócios adentraram na Companhia, na busca de dividendos. Esta ascensão pode também ser creditada à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pois o conflito prejudicou a importação de diversos produtos que abasteciam o mercado brasileiro, inclusive o leite condensado que a Leiteria produzia no Brasil. O fato é que houve uma expansão, denotada pelas operações de aumento do capital da empresa, e que a Lacerda, Soares & Nougés estava fortalecida no pós-guerra.

Contudo parece que o montante ganho por aqueles que representavam a empresa – João de Lacerda Soares e Louiz Nougés possuíam a maior parte das ações – aliado às incertezas do mercado, às dificuldades em concorrer com um poderoso rival e à possibilidade de lucrar ainda mais com uma ótima oferta feita pela multinacional suíça, fez

com que se concretizasse a venda da Companhia Ararense de Leiteria à Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co., no dia 22 de janeiro de 1921, data do registro em cartório.

No tocante à entrada da Nestlé no Brasil, a opção foi pela aquisição da única empresa atuando no setor específico de leite condensado. Esta estratégia foi utilizada e continua sendo uma das formas comuns de multinacionais entrarem em novos mercados, tanto no Brasil como em outros países. Neste caso as vantagens da firma entrante estão no acesso à matéria-prima, a um mercado já cativo, ao conhecimento, à experiência implantada pela firma adquirida e ao funcionamento imediato da nova filial. Na aquisição da Nestlé, o acesso imediato a estes itens compensou o preço elevado pago pela concorrente.

O saldo há de ser positivo, quando pensarmos em Nougés e na Companhia Ararense de Leiteria. Ele, que tinha apenas uma boa idéia nas mãos, conseguiu transformá-la numa grande indústria que atraiu novos e fortes investidores, gerou dividendos e sua empresa pode ser considerada a precursora de uma multinacional alimentícia no Brasil, a maior do mundo, que até hoje ocupa a mesma planta que adquiriu da Leiteria – a Nestlé Araras apenas ampliou o espaço, mas ainda é possível notar os traços da primeira fábrica.

7. Fontes e referências

7.1 Jornais

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, 28 out. 1876.

A TRIBUNA DO POVO, Araras, SP, 15 jun. 1913; 19 abr. 1914; 31 out. 1915; 31 out. 1915; 16 abr. 1916; 25 mar. 1917; 28 abr. 1918; 15 dez. 1918; 9 jan. 1921.

CIDADE DE ARARAS, Araras, SP, 23 out. 1908.

7.2 Outros documentos primários

PAULISTA, Museu da Companhia. Relatórios da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes para as sessões de Assembléias Gerais em 1909, 1918 e 1922.

COMPANHIA ARARENSE DE LEITERIA. Ata da Décima Segunda Assembléia Geral Extraordinária. São Paulo: Junta Comercial do Estado de São Paulo, 28 ago. 1915.

COMPANHIA ARARENSE DE LEITERIA. Ata da Décima Oitava Assembléia Geral Extraordinária. Araras, SP: Junta Comercial do Estado de São Paulo, 6 nov. 1917.

DECRETO PRESIDENCIAL. Companhia Ararense de Leiteria. Rio de Janeiro: Diário Oficial, nº 7.279, 7 jan. 1909; nº 11.883, 12 jan. 1916; nº 14567, 23 dez. 1920.

COMARCA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Escritura Pública de compra e venda da Companhia Ararense de Leiteria à Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Co.

CÂMARA MUNICIPAL. Ata da sessão extraordinária. Araras, SP, 17 out. 1910.

CÂMARA MUNICIPAL. Alistamento eleitoral da 3ª secção. Araras, SP, 20 mai. 1893.

CÂMARA MUNICIPAL. Alistamento eleitoral da 2ª secção. Araras, SP, 1898.

CÂMARA MUNICIPAL. Balancetes gerais da receita e despesa. Araras-SP: 1915, 1916 e 1917.

CÂMARA MUNICIPAL. Lançamento dos contribuintes do imposto de indústrias e profissões. Araras-SP: 1912 e 1913.

7.3 Referências Bibliográficas

BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

BAER, W. A. *Industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BRASIL, Centro Industrial do. “*O Brasil: suas riquezas naturais, suas indústrias*”. Rio de Janeiro: Orosco, 1907.

CAMARGO, J. F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE, 1981.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CARDOSO, F. H. *Dos governos militares à Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 4 v.: *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1985.

CHANDLER, A. D. *Alfred Chandler: Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Thomas K. Mc Craw (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DALTRO, W. L. *Araras-1902: História da primeira Festa das Árvores do Brasil*. Araras: Topázio, 2002.

DEAN, W. A. *Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1991.

DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.

- GIESBRECHT, R. M. www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em: 20 maio 2007.
- FISHLOW, A. *Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*. Estudos Econômicos, vol. 2, nº 6, 1972, pp. 7-75.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e crescimento da firma*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.
- HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- LANDES, D. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LEME, L. G. S. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903, vol. 1.
- LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, J. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937*. In: FAUSTO, B. HGCB.
- MATOS, O. N. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa Ômega / Sociologia e política, 1974.
- MATTHIENSEN, A. J. *Araras: Tempo e memória*. Araras, SP: Topázio, 2003.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
- PAULA, J. A. *Teoria econômica, empresários e metamorfoses na empresa industrial*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.
- PENROSE, E. T. *Teoria del crecimiento de la empresa*. Madrid: Aguilar, 1962.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SANDRONI, P. (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SAES, F. A. M. *A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 3, nº 7, 1989, set/dez, pp. 20-39.
- SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
- SUZIGAN, W. & SZMRECSÁNYI, T. “Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil”. In SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/ ABPHE/ Editora da USP/ Imprensa Oficial, 2002.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- VERSIANI, F. R. & VERSIANI, M. T. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. In VERSIANI, F. R. & BARROS, J. R. M. (orgs.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, 1977.
- VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPRA/INPES, 1975.
- VINHOSA, F.L.T. “*O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: A diplomacia brasileira e as grandes potências*”. São Paulo: 1984. (Tese de Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- WIRTH, J. *Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional 1889-1937*. In: FAUSTO, B. HGCB.